São Paulo.

GARCIA, A; HAAS,A.N. Ritmo e dança. Canoas-RS; Ed. Ulbra, 2006

KRAMER, Sônia. Ideias para guardar. In: Secretaria do Estado de Educação do Distrito Federal. Currículo em movimento da educação básica. Educação infantil.

MARQUES, Isabel. Linguagem da dança: arte e ensino. São Paulo: Digitexto, 2010.

ORIENTAÇÃO NORMATIVA, 01. Avaliação na educação infantil: aprimorando os olhares. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação: SME / DOT, 2014 p. 11.

Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. Orientações curriculares: expectativas de aprendizagem e orientações didáticas para educação infantil. São Paulo: SME / DOT, 2007, p. 61-62.

Secretaria Municipal de Educação: Avaliação na educação infantil: aprimorando os olhares. São Paulo: SME / DOT, 2014 p. 14.

Secretaria Municipal de Educação: Avaliação na educação infantil: aprimorando os olhares. São Paulo: SME / DOT, 2014 p. 17.

STOKOE, Patrícia; HARF, Ruth Harf. In: FRAGA, Andrea. Sentir, compreender e inventar movimentos na educação infantil. Percursos de aprendizagem: o corpo e o movimento criativo. A rede em rede: a formação continuada na Educação Infantil. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação. 2011, p. 1112.

XAVIER, Uxa. Dança, saúde e criança. Portal Cultura Infância. São Paulo.

INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SINDROME DE DOWN

EDILIA RUFINO DE ARAUJO PARIZOTTO

RESUMO

Vivemos em um momento em que temos muita valorização da igualdade dos direitos humanos, vários segmentos sociais lutam pelos direitos de inclusão na sociedade. A educação inclusiva implica numa possibilidade, amparada por leis e portarias específicas de uma educação para todos, uma educação que reverte o percurso da exclusão e cria condições, estruturas e espaços para a diversidade de educandos existentes. O processo de inclusão escolar e o acesso de estudantes com deficiência na educação se torna, cada vez mais, uma realidade concreta nas escolas brasileiras, inaugurando uma nova fase na política nacional de uma escola para todos. A pesquisa, busca a compreensão dos aspectos importantes que cercam a inclusão social no Brasil, de tal maneira a criar um questionamento que envolva, sobretudo, os profissionais da área da educação, pais e alunos. O desígnio da pesquisa envolve precisamente a inclusão de crianças com Síndrome de Down. A metodologia aplicada a pesquisa é bibliográfica, realizada a partir de levantamento de estudos publicados em livros e artigos. O conteúdo aborda questões relativas à educação especial e inclusão.

Palavras Chave: Inclusão; Aprendizagem; Desenvolvimento.

ABSTRACT

We live in a time that we have a lot valorization of human rights, and various social segments fight for the rights of inclusion in society. Inclusive education implies a possibility, supported by specific laws and ordinances, of education for all, an education that reverses the path of exclusion and creates conditions, structures and spaces for the diversity of existing students. The process of school inclusion and the access of students with disabilities to education is increasingly becoming a concrete reality in Brazilian schools, inaugurating a new phase in the national policy of a school for all. The research seeks to understand the important aspects that surround social inclusion in Brazil, in such a way as to create a question that involves, above all, professionals in the field of education, parents and students. The research design involves precisely the inclusion of children with Down syndrome. The methodology applied to the research is bibliographical, carried out from a survey of studies published in books and articles. The content addresses issues relating to special education and inclusion.

Keywords: Autonomy, Learning, Inclusion.

INTRODUÇÃO

No contexto educacional atual torna-se cada vez mais necessário que se promovam novas práticas inclusivas. A verdadeira escola inclusiva recebe e acolhe as crianças com ou sem deficiência de braços abertos, reconhecendo e respeitando todas as diferenças, e limitações físicas, trabalhando a metodologia de ensino de uma forma singular, a fim de atender as necessidades de cada criança.

Quando tratamos de inclusão englobamos todas as pessoas que não têm as mesmas oportunidades dentro da nossa sociedade, nesse perfil se enquadram os portadores de Síndrome de Down, caracterizada por uma alteração cromossômica apresenta-se em três tipos, a mais conhecida é apontada pela presença de um terceiro cromossomo de número

21, chamada de trissonomia do 21.

O objetivo da pesquisa envolve justamente a inclusão de crianças com Síndrome de Down, justifica-se a escolha desse tema, pois atualmente os portadores de Síndrome de Down, se acompanhados e estimulados precocemente, conseguem êxito em vários campos do desenvolvimento: linguagem, motricidade, cognitivo, afetivo, social, garantindo assim uma qualidade de aprendizado, e uma melhoria na qualidade de vida

A metodologia aplicada a pesquisa é bibliográfica, realizada a partir de levantamento de estudos publicados em livros e artigos. O trabalho inicia-se por definir a Síndrome de Dow, atualmente com a tecnologia, as informações estão mais acessíveis e chegam mais rápidas as famílias, entre todas as organizações que apoiam a inclusão destaca-se o Movimento Down que promove conteúdo educativo disponibilizando material de orientação aos pais, familiares e comunidade.

SINDROME DE DOWN CONCEITO E CARACTERISTICAS

Estudo feito pelo antropólogo e cientista Starbuck realizados através da análise de imagens de crânio, estatuetas e pinturas datam os primeiros registros da síndrome de Down 5200 anos antes de Cristo.

A síndrome de Down é caracterizada por uma alteração cromossômica, recebeu esse nome em homenagem ao médico Dr. John Langdon Haydon Down, que descreveu pela primeira vez em 1866 as características de crianças com Síndrome de Down. Só em 1958, o médico francês e professor de genética Jerome Lejeune identificou que as pessoas das quais o Dr. John identificou como portadoras de "mongolismo", tinham uma síndrome genética a anomalia cromossômica que dá origem à trissomia 21.

Apresenta-se em três tipos:

Trissomia 21 – ocorre em 95% dos casos – os dois cromossomos 21 permanecem juntos, e não se separam durante a divisão celular normal, este processo chamado de "não disjunção"

Translocação – ocorre de 3% a 4% dos casos – o número total de cromossomos nas células é de 46, mas o cromossomo 21 extra está ligado a outro cromossomo, então haverá três cromossomos 21 em cada célula. Este terceiro cromossomo geralmente está ligado ao cromossomo 14, 21 ou 22. Mosaicismo – ocorre em torno de 1% dos casos, e é considerada a mais leve – é resultado do erro de uma das primeiras divisões celulares, sendo assim o portador da S.D. terá algumas células com 47 cromossomos e outras com 46 cromossomos, dando o formato de um mosaico. (KOZMA, 2007apud MARSON, 2011, p.62)

Para Kozma, apud Gundersen (2007) a síndrome de Down afeta o encéfalo e o sistema nervoso central causando atraso no desenvolvimento:

Uma alteração cromossômica mais comum entre os seres humanos caracterizada pela presença de um terceiro cromossomo de número 21, o que também é chamado de trissonomia do 21. E ela não é a única que geralmente permite o desenvolvimento do embrião, pois existe um número significativo de alterações cromossômicas que não permitem que os embriões venham a se desenvolver de maneira adequada causando anormalidades. Ela afeta o encéfalo e o sistema nervoso central, causando atrasos de desenvolvimento ou deficiência mental. Anualmente, nascem mais de 6 mil bebês com Síndrome de Down nos Estados Unidos, e alguns milhares mais em outros países, como por exemplo, no Brasil, o índice fica em 1 a cada 650 a 700 nascimentos (estimasse que nascem de 3 a 4 mil crianças por ano no Brasil com essa síndrome), e por ser um dos defeitos congênitos mais comuns, apresenta-se em todas as raças, grupos étnicos, classes socioeconômicas e nacionalidades o que pode acontecer a qualquer pessoa. (KOZMA 2007 apud GUNDERSEN, 2007, p.15-16)

Segundo Pimentel (2012) as crianças com síndrome de Down se diferenciam nos aspectos gerais do desenvolvimento como linguagem, motricidade, socialização e habilidades da vida diária:

As crianças com síndrome de Down são singulares, diferentes umas das outras, mesmo com alterações fenotípicas similares. Elas se diferem nos aspectos gerais do desenvolvimento como a linguagem, motricidade, socialização e habilidades da vida diária. Contudo, as características comuns incluem o crescimento físico mais lento, maior tendência a aumento de peso, atraso no desenvolvimento motor e atraso no desenvolvimento cognitivo (PIMENTEL, 2012, p.31)

Em complemento ao que foi citado por Pimentel, Schwartzman apud

Voivodic, (2004):

Não há um estereotipo das crianças portadoras de Síndrome de Down quanto ao seu comportamento e desenvolvimento da inteligência, pois não dependem exclusivamente da alteração cromossômica, mas restante do potencial genético e das influências do meio em que a criança vive como, por exemplo, estimulação precoce e interesse familiar (SCHWARTZMAN, VOIVODIC, 2004, p. 42)

Para Schwartzman (1999. p. 58):

O QI dos indivíduos com Síndrome de Down tem demonstrado aumentos significativos nas últimas décadas, o que evidência que a inteligência não é determinada exclusivamente por fatores biológicos, mas

também influenciada por fatores ambientais (SCHWARTZMAN, 1999, p.58)

Quanto a algumas características físicas Schwartzman (1999, apud SAAD, 2003, p.30) e Pueschel, (2000, p.1) relacionam:

• Peso e tamanho de nascimento inferiores ao normal;

• Hipotonia (músculos flácidos), diante da reação lenta a atividades físicas de movimento rápidos e integrados, a qualidade e velocidade de aprendizagem da escrita também seguem o padrão;

• Pescoço curto;

• Língua protusa, isto é, posicionada para fora da boca em virtude da hipotonia;

• Base nasal achatada;

• Doenças cardíacas congênitas;

• Mãos e pés pequenos);

• Espaço aumentado entre o 1º e o 2 º dedos dos pés;

• Orelhas pequenas, arredondadas e dimórficas, de implantação baixa;

• Prega da pálpebra superior no canto interno dos olhos como as pessoas da raça amarela – o que deu origem ao nome mongolismo;

• Prega palmar transversa, que consiste numa única linha que atravessa os mãos curtas, de lado a lado

• Problemas cardiológicos congênitos;

• Anormalidades no aparelho digestivo, às vezes, somente possível de correção com cirurgia;

• Problemas oculares como catarata, estrabismo e diminuição da acuidade visual;

• Obesidade;

• Hipotireoidismo;

• Déficits auditivos: as alterações auditivas

• Ligamentos frouxos, acometendo a estrutura do esqueleto, principalmente joelhos e pescoço, acarretando instabilidade rótulo femural e atlanto axial, o que torna desaconselhável práticas desportivas que incidam um grande esforço sobre o segmento superior da coluna cervical.

• Doença de Alzheimer que ocorre no envelhecimento e cujo gene está presente também no cromossomo 21

Pueschel (2000, p.3) cita problemas imunológicos que podem desencadear leucemia, apneia do sono, afecções de pele.

MOVIMENTO DOWN

Dia 21 de março, é celebrado o Dia Internacional da Síndrome de Down. O Movimento Down em parceria com o Down síndrome International e à Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down é uma iniciativa do MAIS – Movimento de Ação e Inovação Social, realizado com o Observatório de Favelas do Rio de Janeiro. Atua no campo de Educação Integral e Inclusiva, surgiu com o propósito de reunir conteúdo educativo (cartilhas, folders, vídeos, depoimentos etc.) e iniciativas sociais para inclusão das pessoas com síndrome de Down.

Conforme Ferreira (2009) o preconceito gerado por falta de informação ainda é uma das barreiras para inclusão.

Embora atualmente alguns aspectos da Síndrome de Down sejam mais conhecidos e eles tenham melhores chances de vida e desenvolvimento, uma das maiores barreiras para inclusão social desses indivíduos ainda é o preconceito. Geralmente o preconceito é gerado por falta de informação, e até mesmo por insegurança por parte das pessoas, o ser humano tende a temer aquilo que não conhece. (FERREIRA, 2009, p.4).

Precisamos quebrar barreiras e desmistificar certas crenças sobre a criança com Síndrome de Down, perceber o quanto são capazes e propiciar todo tipo de experiência familiar, escolar e social.

Hoje, os portadores da Síndrome de Down, podem apresentar uma vida normal, realizando atividades diárias assim como qualquer outra pessoa, apresentam algumas dificuldade e limitações, mais já se encontram no mercado de trabalho, no mercado da moda, nas universidades, se casam e constituem família.

A família desempenha um papel importantíssimo, pois no dia a dia em suas atividades diária a participação dos pais em conjunto com os demais profissionais, psicopedagogos, fonoaudiólogos, psicólogos, dará início ao processo de estimulação, proporcionando maior cooperação no processo de aprendizagem.

INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

Educação Inclusiva tem sido foco de estudos desde que se tornou uma realidade cada vez mais presente nas escolas regulares de ensino. Para compreender as questões relativas à suas concepções e conceitos, faz-se necessário permear sua história e trajetória de implementação.

Na opinião dos especialistas, como Mantoan (2006), as barreiras para que ocorra a inclusão, passam pela ausência ou precariedade nas condições de acessibilidade predial das instituições escolares, de recursos especializados, de educadores que sejam aptos para incluir todos no processo de

aprendizagem e de políticas focadas.

O trabalho pedagógico deve ser respeitoso com o ritmo da criança, especialmente tratando-se da criança com deficiência, é preciso respeitar o ritmo desta, fazendo com que ela tenha a estimulação necessária para a suas habilidades serem desenvolvidas por completo, levando sempre em consideração suas necessidades e limitações.

O assunto já faz parte de reflexões pessoais há muito anos, primeiramente por não compreender nos currículos escolares qual seria o verdadeiro espaço para o trabalho com inclusão, e posteriormente por perceber que a inclusão não necessita de um espaço próprio, mas sim da garantia de participação de todos no espaço coletivo, sendo esse o grande desafio. Wilson (2000), define "pode-se dizer que a inclusão é a palavra que hoje pretende definir igualdade, fraternidade, direitos humanos e democracia".

Sassaki (2003), diz que o imperativo da inclusão social não está acontecendo por acaso, ele é o resultado de fatores e tendências irreversíveis, a saber:

• Solidariedade humanitária;

• Consciência de cidadania;

• Necessidade de melhoria da qualidade de vida;

• Investimento econômico;

• Necessidade de desenvolvimento da sociedade;

• Pressão internacional;

• Cumprimento da legislação;

• Combate à crise no atendimento

• Crescimento do exercício do empowerment.

Enquanto formadora de cidadãos, a escola tem um papel fundamental nesse processo de inclusão. Ela precisa assumir toda essa diversidade e desenvolver formas eficazes de trabalhar com tantas diferenças. Segundo Mantoan

Nos debates atuais sobre inclusão, o ensino escolar brasileiro tem diante de si o desafio de encontrar soluções que respondam à questão do acesso e da permanência dos alunos nas suas instituições educacionais. (MANTOAN, 2006, p.15)

Ainda de acordo com Mantoan (2006), a inclusão escolar exige maior igualdade de oportunidade

A inclusão escolar está articulada a movimentos sociais mais amplos, que exigem maior igualdade e mecanismos mais equitativos no acesso a bens e serviços. Ligada a sociedade democrática que estão pautadas no mérito individual e na igualdade de oportunidades, a inclusão propõe a desigualdade de tratamento como forma de reestruturar uma igualdade que foi rompida por formas segregadoras de ensino especial e regular. (MANTOAN, 2006, p16).

A escola, para ser inclusiva, deve planejar e implementar ações necessárias para garantir o acesso de alunos com necessidades educacionais especiais à aprendizagem e ao conhecimento. Pode-se dizer, então, que escrever um currículo deve ir muito mais além do que simplesmente listar objetivos e conteúdos

Ao longo dos últimos anos, a forma de receber alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas tem sido foco de muitas discussões e hoje se tem dado, por legislações específicas, que a porta de entrada para todos é o ensino regular, logo receber esses alunos é um direito a eles garantido, cabendo aos sistemas de ensino pensar em formas de receber e garantir-lhes a permanência com qualidade e avanços no processo de aquisição de conhecimentos.

A educação inclusiva tem como princípio promover a escola como um espaço para todos, onde os alunos constroem o conhecimento de acordo com suas capacidades, expressando suas ideias de forma livre, participando ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvendo como cidadãos, nas suas diferenças.

Na educação, entende-se que crianças com SD têm o direito de frequentar as classes regulares, sendo providenciado as adaptações necessárias, bem como estruturar práticas pedagógicas mais adequadas para o desenvolvimento máximo possível. Considere-se que desta forma, favoreceremos o relacionamento social, o convívio entre diferentes, possibilitando mudanças na comunidade também.

Muitas são as dificuldades e possibilidades de aprimoramento da equipe escolar através dos atendimentos educacionais escolares inclusivos. Muitos esforços bem sucedidos são observados na proposta de educação inclusiva em escolas regulares que, promovem ações qualitativas para o trabalho escolar

No processo de inclusão escolar é importante repensar atitudes, conceitos, conteúdos, objetivos e possibilidades. Também é importante saber como lidar com uma escola que acolhe a todos, respeitando as necessidades e estilo de aprendizagem de cada aluno, ensinando e aprendendo no dia a dia. É um grande desafio para a educação essa reflexão sobre o que fazer e como fazer, quais as adaptações possíveis e necessárias, como garantir o direito de cada um.

Enquanto educadores precisamos ter claro que o nosso principal objetivo deve ser o de explorar as diferenças, dando oportuni-

dade aos alunos experimentarem e compreenderem a diversidade dentro do ambiente escolar, favorecendo com que os alunos se sintam reconhecidos, valorizados e respeitados e para isso, cabe-nos um cuidado criterioso quanto aos conteúdos ensinados e ao currículo que é transmitido.

As adaptações curriculares precisam apoiar-se no objetivo maior que o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, objetivando estabelecer relações harmônicas entre essas necessidades e o currículo. Ao se propor adaptações ao currículo, é necessário ter uma visão crítica do que está sendo exigido de cada aluno. Convém ressaltar que a adaptação curricular é uma tarefa que não se restringe à simples produção de um documento.

A escola para todos requer uma dinamicidade curricular que permita ajustar o fazer pedagógico às necessidades dos alunos. Ver as necessidades especiais dos alunos atendidas no âmbito da escola regular requer que os sistemas educacionais modifiquem, não apenas as suas atitudes e expectativas em relação a esses alunos, mas, também, que se organizem para construir uma real escola para todos, que dê conta dessas especificidades (BRASIL, 2009, p.31).

No que se refere à educação inclusiva, aparece como desafio o trabalho em sala de aula, o que realmente fazer com o aluno em termos de aprendizagem. Em primeiro lugar, um bom projeto pedagógico, que começa pela reflexão.

De acordo com Mantoan (2006) o princípio democrático da educação para todos só se evidencia nos sistemas educacionais que se especializam em todos os alunos, não apenas em alguns deles, os alunos com deficiência.

A inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos provoca e exige da escola brasileira novos posicionamentos e é um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas. É uma inovação que implica num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas de nível básico. Para Oliveira (2014).

Devemos pôr em discussão nas escolas a possibilidade de adotar currículos flexíveis, que viabilizem as respectivas adequações em atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais quando essa opção for necessária. Tais mudanças precisam estar em consonância com os princípios definidos no projeto político-pedagógico da escola, contribuindo para a efetivação de um ensino de qualidade para todos os alunos. Com esse olhar, é possível observar a atenção à diversidade dos alunos e identificar suas necessidades individuais. (OLIVEIRA, 2014, p.25)

Com a criação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2009), surge um novo conceito de educação especial que propõe novas práticas de ensino visando atender as especificidades do aluno e garantir o direto à educação a todos, rompendo definitivamente com a ideia anterior de uma cultura escolar segregadora que resultava na promoção de alguns alunos e na marginalização de outros.

Além das propostas de novas práticas de ensino, também há a necessidade de que ocorram mudanças na escola atual a fim de que todos sejam atendidos e mais bem atendidos, contudo, estas mudanças devem ocorrer de forma que, as vontades políticas do coletivo da escola, explicitadas no seu Projeto Político Pedagógico - PPP sejam atendidas e vividas a partir de uma gestão escolar democrática.

No contexto escolar tem sido amplamente enfatizado nas políticas públicas voltadas para a educação. "A escola é heterogeneidade, diversidade, e essa diversidade há de ser fonte de enriquecimento e de aprendizagem mútua". (VALDEZ, 2014, p.21)

Devera ainda, segundo a autora, constar do PPP a delimitação dos tempos escolares contemplando os calendários, horários de turno e contraturno condizentes com as diferentes demandas, espaços e recursos físicos, humanos e financeiros disponíveis na escola.

A escola inclusiva busca construir coletivamente uma pedagogia que parte das diferenças dos alunos. Para atender essas diferenças são necessários recursos pedagógicos e de acessibilidade projetados para propiciar a participação ativa do aluno em seu cotidiano escolar.

A parceria e a colaboração são o caminho para enfrentar todos os desafios que estão ligados a educação inclusiva. A inclusão refere-se à aprendizagem e a participação de todos. Valdez (2014), reforça que "Quanto mais inclusiva a escola, mais centrada estará nas diferenças e necessidades de cada aluno".

A inclusão implica identificar e minimizar as barreiras para a aprendizagem e a participação, colocando em prática todos os recursos necessários para favorecer ambos os processos. As barreiras, assim como os recursos para reduzi-las, podem ser encontradas em todos os elementos e estruturas do sistema: nas escolas, na comunidade, nas políticas locais e nacionais.

(VALDEZ, 2014, p.21)

Mantoan (2003) ressalta que uma escola inclusiva propõe no projeto pedagógico, ações que favoreçam a interação social e sua opção por práticas heterogêneas.

Incluir uma criança não significa apenas matriculá-la, colocar mais uma carteira na sala de aula, é preciso um investimento

sistemático, efetivo, envolvendo a comunidade escolar como um todo, professores, dirigentes, funcionários, alunos, pais e até mesmo, mudanças significativas na sua própria proposta educacional (currículo adaptado quando fizer necessário), pensar a questão da acessibilidade e recursos pedagógicos.

Uma escola para todos envolve conforme Oliveira (2014, p.46):

• Formação inicial e permanente dos professores;

• Estreitamento das relações entre universidade e escola;

• Estreitamento das relações entre escola e comunidade

• Desinvestimento no caráter pedagógico-assistencial e busca por estratégias que valorizem a escola como lugar de criação, recriação, e apropriação do conhecimento, além de um espaço no qual a aprendizagem seja potencializada.

Diante dessa urgente necessidade da inclusão social de nossas crianças portadoras de necessidades educacionais especiais, nos deparamos com uma realidade nova, porém muito necessária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo de pesquisa a inclusão para isso utilizou-se como metodologia de pesquisa a revisão bibliográfica a qual apontou que embora a educação inclusiva já venha sendo discutida ao longo dos últimos anos, ainda há muitos desafios em oferecer uma educação de qualidade que garanta aprendizagens significativas para os educadores de deficiência intelectual.

Todos nós somos diferentes, e isso colabora para que possamos, nos conhecendo e nos relacionarmos com as diferenças, desenvolver o respeito mútuo, a solidariedade, fraternidade, transformando assim a nossa sociedade num ambiente de convívio melhor e mais humano.

A inclusão pode e precisa ser compreendida como um processo que se inicia desde a simples conscientização de que todos têm direito à educação, independentemente das suas condições físicas, até a preparação dos profissionais que irão trabalhar com esse novo público.

O entendimento da educação inclusiva como modalidade que discorre e compartilha os mesmos princípios e práticas da educação geral, é muito atual e exige dos pais, alunos, professores e gestores escolares e de políticas públicas um novo olhar sobre o aluno com deficiência intelectual.

A proposta da Educação Inclusiva e a reflexão sobre seus promove o surgimento de um amplo leque de expectativas a respeito da efetivação prática do ideal de uma escola pública de qualidade, que acolha todos os alunos respeitando suas características individuais.

Inspirar a educação para um novo olhar voltado à diversidade, com ambiente para a construção de práticas curriculares fundamentadas no compromisso com a multiplicidade das manifestações humanas presentes nas relações cotidianas das instituições de ensino.

Garantir um ensino para todos e com qualidade é um grande desafio que precisa ser assumido por todos os que compõem um sistema educacional, pois necessita de iniciativas que envolvem professores, gestores, especialistas, pais e alunos e demais profissionais que compõem uma rede educacional em torno de uma proposta que é comum a todas as escolas e que, ao mesmo tempo, é construída por cada uma delas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2009.

FERREIRA, M.M.F. Educação Inclusiva: Inclusão de crianças com Síndrome de Down no ciclo I do ensino fundamental. 2009. Disponível em: http://www.fals.com.br/revela19/ed18/andreia_ribeiro.doc.pdf. Acesso: 22 de maio 2021

GUNDERSEN, K. S. Crianças com Síndrome de Down: guia para pais e educadores. 2ª Ed, Porto Alegre: Artmed, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

MARSON, Marilda Pelissoni. A preparação de pessoas com síndrome de down para inclusão no mercado de trabalho no município de SBC – SP. Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação FAFEUSP. 2011.

OLIVEIRA, Tatiana H. Brives. A inclusão no ensino médio profissional. Pátio. Ano VI set/nov 2014.

PIMENTEL, S. C. Conviver com a Síndrome de Down em Escola Inclusiva: mediação pedagógica e formação de conceitos. Petrópolis: Vozes, 2012.

PUESCHEL, Siegfried M. (org.). Síndrome de Down: Guia para pais e educadores. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.

ROPOLI, E. A. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial; Uni-